



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
PROCESSO SELETIVO 01/2017**



CADERNO DA PROVA OBJETIVA

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

CANDIDATO: _____

FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO AOS CANDIDATOS:

- ✓ Comunicar-se com outros candidatos.
- ✓ Fazer qualquer tipo de consulta ou uso de equipamentos eletrônicos.
- ✓ Sair com material referente à prova.
- ✓ Ausentar-se do local da prova sem o acompanhamento de um fiscal.

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- 01 - Este caderno contém questões do tipo múltipla escolha.
- 02 - Verifique se o caderno contém: folhas em branco, má impressão, páginas trocadas, numeração errada, etc. Encontrando falhas, levante a mão. O Fiscal o atenderá e trocará o seu caderno.
- 03 - Cada questão do tipo MÚLTIPLA ESCOLHA tem 4 (quatro) alternativas (A - B - C - D). Apenas 01 (uma) resposta é correta. Não marque mais de uma resposta para a mesma questão, nem deixe nenhuma delas sem resposta. Se isso acontecer, a questão será anulada.
- 04 - Para marcar as respostas definitivas no seu CARTÃO RESPOSTA do tipo MÚLTIPLA ESCOLHA, use caneta esferográfica com tinta preta ou azul. NÃO utilize caneta com tinta vermelha ou lápis.
- 05 - Ao receber o CARTÃO RESPOSTA preencha-o corretamente.
- 06 - Tenha cuidado na marcação da Folha de Respostas, pois ela não será substituída em hipótese alguma.
- 07 - Confira e assine a Folha de Respostas, antes de entregá-la ao Fiscal. NA FALTA DA ASSINATURA, A SUA PROVA SERÁ ANULADA.
- 08 - Trinta minutos após o início das provas, você poderá retirar-se da sala SEM LEVAR ESTE CADERNO.
- 09 - Em nenhuma hipótese, o candidato poderá levar o Caderno de Provas e/ou o Cartão de Resposta.
- 10 - No encerramento das provas, há necessidade de pelo menos três candidatos presentes na sala. Isso faz parte das normas para transparência na fiscalização do PROCESSO SELETIVO.
11. A duração da prova será de 2h30min.

Leia o artigo abaixo para responder as três questões seguintes.

Indicadores apresentados na segunda-feira pelo Ministério da Saúde mostram que, nos últimos 10 anos, a prevalência da obesidade no Brasil aumentou em 60%, passando de 11,8% em 2006 para 18,9% em 2016. O excesso de peso também subiu de 42,6% para 53,8% no período.

Para o diretor do Centro de Obesidade e Síndrome Metabólica do Hospital São Lucas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Cláudio Mottin, a tendência de aumento da obesidade já vinha sendo verificada antes da pesquisa Vigitel, realizada anualmente desde 2006.

"Talvez um dos fatores mais preponderantes seja a mudança dos hábitos alimentares que se observa desde os anos 1970. Com pouco tempo para comer, as pessoas deixaram de fazer as refeições em casa e passaram a optar por comidas mais rápidas e mais calóricas".

Essa mudança de hábito também aparece na pesquisa Vigitel: o consumo regular de feijão, considerado um alimento básico na dieta do brasileiro, diminuiu de 67,5% em 2012 para 61,3% em 2016. E apenas um entre três adultos consomem frutas e hortaliças em cinco dias da semana.

(Fonte: Taís Seibt, BBC Brasil)

01. O artigo em cima destaca que:

- a) Mais da metade da população está afilada em relação ao peso. O país que até pouco tempo lutava para combater a fome e a desnutrição, agora precisa conter a obesidade.
- b) Mais da metade da população está acima do peso. O país que até pouco tempo lutava para combater a fome e a desnutrição, agora precisa conter a penúria.
- c) Mais da metade da população está acima do peso. O país que até pouco tempo lutava para combater a fome e a desnutrição, agora precisa conter a obesidade.
- d) Mais da metade da população está acima do peso. O país que até pouco tempo lutava para combater a fome e a desnutrição, agora precisa conter a indigência.

02. A notícia ainda argumenta que:

- a) (...) a aversão ao crescimento da obesidade já vinha sendo descartada antes da pesquisa Vigitel.
- b) (...) a propensão de crescimento da obesidade já vinha sendo constatada antes da pesquisa Vigitel.
- c) (...) a propensão de crescimento da obesidade já vinha sendo afastada antes da pesquisa Vigitel.
- d) (...) a repulsão ao crescimento da obesidade já não vinha sendo constatada antes da pesquisa Vigitel.

03. Segundo Cláudio Mottin, a "mudança dos hábitos alimentares" é considerado um fator:

- a) Insignificante.
- b) Irresoluto.
- c) Dúbio.
- d) Decisivo.

04. Ao analisar o encontro vocálico podemos considerar os exemplos seguintes:

I - sé-rie (i = semivogal, e = vogal).

II - pai (a = vogal, i = semivogal).

III - Pai (crescente).

Observando a gramática, entende-se correta:

- a) I e II, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.

05. "A loja faliu ano passado."

Alguns verbos não possuem conjugação completa. Assinale a alternativa que é da mesma categoria do verbo "faliu":

- a) Eu vou.
- b) Eu aceito.
- c) Eu colori.
- d) Eu expresso.

06. Antônio recebeu uma herança e com o valor recebido comprou uma casa no valor de R\$ 250.000,00, uma fazenda no valor de R\$ 950.000,00 e um cavalo no valor de R\$ 45.000,00. As compras prosseguiram da seguinte forma:

I. A casa foi comprada a prazo, pagando 1,5 vezes sobre o valor real (R\$ 250.000,00).

II. O cavalo foi comprado à vista, com desconto de 1/5 sobre o valor total de R\$ 45.000,00.

III. A fazenda foi comprada a prazo, com juros simples de 15% sobre o valor total de R\$ 950.000,00.

Logo, é correto afirmar que o verdadeiro valor pago por Antônio pelas aquisições foi de:

- a) R\$ 1.223.000,00
- b) R\$ 1.417.500,00
- c) R\$ 1.503.500,00
- d) R\$ 1.505.000,00

07. Dízima periódica é um número decimal que, em um conjunto finito de algarismos, se repete periódica e indefinidamente na mesma ordem. Com base nisso, qual a fração que dá origem à dízima 10, 51935...?

- a) $\frac{4541}{520}$
- b) $\frac{6541}{520}$
- c) $\frac{6541}{420}$
- d) $\frac{6522}{620}$

08. Segundo informação veiculada na página da cidade (www.aguasdechapeco.sc.gov.br), no município de Águas de Chapecó/SC está construída uma importante usina hidrelétrica com potência instalada de 855 MW, o equivalente a 25% do consumo de energia do estado de Santa Catarina. Julgue as alternativas abaixo e assinale a que indica corretamente sua nomenclatura:

- a) Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó;
- b) Usina Hidrelétrica Foz do Uruguai;
- c) Usina Hidrelétrica Águas de Chapecó;
- d) Central Hidrelétrica Santa Luzia;

09. O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de

uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões social, cultural, ambiental, econômica e político-institucional. De posse dos citados conceitos e considerando as informações constantes no site do município (www.aguasdechapeco.sc.gov.br), julgue as alternativas abaixo e indique a certa:

- a) O índice geral de desenvolvimento sustentável do município é de 0,482;
- b) O índice municipal de desenvolvimento sociocultural é de 0,385;
- c) O índice municipal de desenvolvimento ambiental é de 0,239;
- d) O índice municipal de desenvolvimento político institucional é de 0,721;

10. Segundo previsão expressa contida no caput do art. 18 da Lei Orgânica do Município de Águas de Chapecó/SC, a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Município, obedece a alguns princípios. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que indica corretamente quais são esses princípios:

- a) Legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;
- b) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- c) Legalidade, probidade, publicidade e eficiência;
- d) Impessoalidade, publicidade, proporcionalidade e isonomia;

11. De acordo com a dicção do artigo 3º da Lei Orgânica do Município de Águas de Chapecó (Lei 001/1990), julgue as assertivas abaixo:

Art. 3º - São Objetivos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:

- I. assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. garantir o desenvolvimento local e regional;
- III. contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional;
- IV. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e na área rural;
- V. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, credo religioso e quaisquer outras formas de discriminação

Nesse caso, está(ão) correta(s):

- a) Apenas as afirmativas I e II;
- b) Apenas as afirmativas I, III e IV;
- c) Apenas as afirmativas II, III, IV e V ;
- d) Todas as afirmativas;

12. Segundo preceitua o art. 9.º, da Lei Orgânica Municipal, o Município poderá dividir-se, para fins exclusivamente administrativos em:

- a) Bairros, distritos e vilas;
- b) Apenas em bairros e vilas;
- c) Bairros, distritos, vilas e linhas;
- d) Bairros, distritos e linhas;

13. Acerca do poder de polícia do Município, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando o estabelecimento tenha sido efetivamente visitado pelo órgão competente de fiscalização.
- b) Das etapas que compõem o ciclo de poder de polícia, o consentimento e a sanção nem sempre irão existir, a depender da demanda ou infração do particular, respectivamente.
- c) A Constituição Federal autoriza que Municípios exerçam parcela do poder de polícia na segurança viária, de modo que a fiscalização, orientação e controle do trânsito possam ser feitos pela guarda municipal.
- d) São atributos inerentes ao poder de polícia a coercibilidade, a discricionariedade e a autoexecutoriedade.

14. Considerando a lei federal 6.766 de 1979 sobre o parcelamento do solo, analise

os itens e assinale a alternativa correta. Não será permitido o parcelamento do solo:

I - Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - Em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Os itens I e III estão corretos.
- c) Os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

15. Para os fins previstos na lei 6.938 de 1981, que trata da política nacional de meio ambiente, entende-se por:

- a) Meio ambiente, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.
- b) Degradação da qualidade ambiental, aquela resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população.
- c) Poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- d) Recursos ambientais o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

16. A lei complementar em relação a aspectos tributários é constitucionalmente exigida para:

- a) Estabelecer as limitações constitucionais ao poder de tributar dos entes políticos.
- b) Dispor sobre conflitos de competência entre os entes políticos.
- c) Estabelecer critérios especiais de tributação com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.

d) Instituir os impostos discriminados na constituição.

17. Sobre o tema competência tributária para instituir tributos, é correto afirmar que:

a) Cabe aos Estados e Distrito Federal instituir o imposto sobre propriedade de veículos automotores e o imposto sobre serviço de qualquer natureza.

b) O imposto sobre serviço de transporte intramunicipal é de competência do Município onde se iniciar e finalizar a prestação de serviço.

c) Cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios instituir as Contribuições para a Seguridade Social de seus servidores.

d) A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é de competência do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

18. Considerando as espécies tributárias, em especial os impostos, taxas e contribuições de melhorias, assinale o item incorreto:

a) Os Estados e Distrito Federal não possuem competência residual no tocante às taxas e contribuições de melhorias.

b) Imposto é um tributo cujo fato gerador independe de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

c) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

d) As Contribuições de Melhorias possuem como objetivo minimizar o enriquecimento advindo da obra pública por aqueles beneficiados pela respectiva obra.

19. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. Os tributos possuem como característica a cobrança vinculada, ou seja, a cobrança mediante atividade administrativa é vinculada a lei.

II. Existem os tributos vinculados, que são aqueles em que a vinculação refere-se a uma determinada atividade estatal, como por exemplo a cobrança de taxas.

III. Os tributos podem possuir como característica a receita vinculada, em que a vinculação refere-se a determinada despesa do ente público, como, por exemplo, no caso dos impostos.

a) Os itens I e II estão corretos.

b) Os itens I e III estão corretos.

c) Os itens II e III estão corretos.

d) Os itens I, II e III estão corretos.

20. Sobre as taxas instituídas pelos municípios é correto afirmar que:

a) É constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.

b) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que não haja integral identidade entre uma base de cálculo e outra.

c) É constitucional a cobrança da taxa de incêndio em razão da prevenção de incêndio, porquanto instituída como contraprestação a serviço essencial, específico e divisível.

d) É constitucional a taxa de limpeza pública e conservação de vias e logradouros públicos.

21. Sobre as contribuições de melhoria a serem instituídas pelos municípios, assinale a afirmativa correta:

a) O fato gerador do tributo é a realização da obra pública.

b) Estão sujeitas ao princípio constitucional da anterioridade, mas não ao da anterioridade nonagesimal.

c) A cobrança pode ser realizada antes de iniciada a obra, desde que já confirmada à valorização prevista em legislação.

d) Possui como limite total a despesa realizada e como limite individual a valorização do imóvel beneficiado.

22. Sobre a obrigação tributária principal e acessória e sobre o crédito tributário, assinale a opção correta:

a) Tanto a obrigação principal quanto a acessória pressupõem a ocorrência de fato gerador.

b) A obrigação acessória decorre de situação definida em lei e tem por objeto prestações positivas nela previstas.

c) O fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da

legislação, impõe a prática ou abstenção do ato.

d) O crédito tributário surge com a obrigação tributária e decorre do lançamento tributário.

23. Acerca dos princípios adotados na administração pública, assinale o item incorreto:

a) O princípio da especialidade possui como fundamento a lei que define o âmbito de atuação das entidades.

b) A proibição ao nepotismo na Administração Pública decorre em essência do princípio da impessoalidade.

c) O princípio da sindicabilidade busca ampliar o controle dos atos administrativos feitos pela Administração Pública para o Poder Judiciário.

d) Viola o princípio da impessoalidade quando o ato administrativo busca satisfazer o interesse privado.

24. Considerando os Poderes na Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) O Poder Disciplinar é sempre vinculado.

b) O Poder Hierárquico é irrestrito, permanente e dependente de lei.

c) A licença e a autorização são atos administrativos vinculados.

d) O Poder Regulamentar é inerente ao Chefe do Executivo para dar fiel execução à lei.

25. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

a) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

b) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, permitida distinção em razão de função profissional por eles exercida.

c) Instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

d) Instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional